



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



O Sertão e as relações sociais de produção em A terra e o homem no Nordeste

Yerllon Vinícius Souto Oliveira^I , Thiago Adriano Machado^{II} 

^I Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó, Rio Grande do Norte (RN), Brasil,
Laboratório de Estudos e Pesquisas Urbano-Regionais (LEPUR)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2479-2167>

^{II} Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó, Rio Grande do Norte (RN), Brasil,
Laboratório de Estudos e Pesquisas Urbano-Regionais (LEPUR)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9416-8829>

RESUMO

Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007) figura como um dos mais importantes geógrafos brasileiros do século XX. Suas diversas obras são marcadas pela questão agrária como temática central, aliada também às relações sociais de produção e aos movimentos sociais. Com a publicação em 1963 do livro “A terra e o homem no Nordeste”, Andrade marcou o debate geográfico da questão agrária analisar as distintas paisagens nordestinas referentes às sub-regiões da Zona da Mata, do Agreste, do Sertão e do Meio-Norte. Além disso, se propôs a apontar alternativas para uma possível reforma agrária em meio a um contexto político e de renovação do pensamento geográfico nacional. Dessa forma, o presente trabalho buscou analisar sua obra, procurando compreender as interpretações do autor acerca das relações sociais de produção e do espaço sertanejo nordestino. Para tal, buscou-se realizar uma análise de conteúdo categorial (Sampaio; Lycarião, 2021), abarcando trechos da obra que explicitassem as visões do autor sobre o sertão, além de analisar as relações sociais de produção do espaço sertanejo. Através dos resultados, foi possível reafirmar o teor do livro enquanto uma obra focada nas relações de produção e propriedade, além de compreender a sua construção sobre o sertão, caracterizado como o espaço de extensos latifúndios e relações de produção predominantemente não-capitalistas. Com isso, Andrade reafirma a importância do seu livro não apenas para compreender dinâmicas regionais passadas, mas para entendê-las como fruto de estruturas coloniais geradoras de contextos e processos vigentes até os dias atuais.

Palavras-chaves: sertão; formação territorial e econômica; questão agrária; regionalização.

The Hinterland and the social relations of production in “A terra e o homem no Nordeste”

ABSTRACT

Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007) is one of the most important Brazilian geographers of the 20th century. His works are marked by the agrarian question as a central theme, together with social relations of production and social movements. With the publication in 1963 of his book “A terra e o homem no Nordeste” (Land and Man in the Northeast), Andrade marked the geographical debate on the agrarian question by analyzing the different landscapes of the Northeast in the sub-regions of Zona da Mata, Agreste, Sertão and Meio-Norte. It also set out to point out alternatives for a possible agrarian reform amid a political context and a renewal of national geographical thinking. In this way, this work sought to analyze his work, trying to understand the author's interpretations of the social relations of production and the space of the northeastern hinterland. To this end, we tried to carry out a categorical content analysis (Sampaio; Lycarião, 2021), covering excerpts from the work that made explicit the author's views on the backlands, as well as analyzing the social relations of production of the backland space. Through the results, it was possible to reaffirm the book's content as a work focused on relations of production and property, as well as understanding its construction of the hinterland, characterized as a space of extensive estates and predominantly non-capitalist relations of production. With this, Andrade reaffirms the importance of his book not only for understanding past regional dynamics but also for understanding them as the result of colonial structures that generate contexts and processes that are still in force today.

Keywords: backlands; territorial and economic formation; agrarian question; regionalization.

El Sertão y las relaciones sociales de producción en “A terra e o homem no Nordeste”

RESUMEN

Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007) es uno de los geógrafos brasileños más importantes del siglo XX. Sus diversas obras están marcadas por la cuestión agraria como tema central, junto con las relaciones sociales de producción y los movimientos sociales. Con la publicación en 1963 de su libro *A terra e o homem no Nordeste* (La tierra y el hombre en el Nordeste), Andrade marcó el debate geográfico sobre la cuestión agraria al analizar los diferentes paisajes del Nordeste en las subregiones de *Zona da Mata*, *Agreste*, *Sertão* y *Meio-Norte*. También se propuso señalar alternativas para una posible reforma agraria en medio de un contexto político y de renovación del pensamiento geográfico nacional. De esta forma, este trabajo buscó analizar su obra, intentando comprender las interpretaciones del autor sobre las relaciones sociales de producción y el espacio del interior nordestino. Para ello, se buscó realizar un análisis categorial de contenido (Sampaio; Lycarião, 2021), abarcando fragmentos de la obra que explicitaran las visiones del autor sobre el *sertão*, así como analizar las relaciones sociales de producción del espacio *sertanejo*. A través de los resultados, fue posible reafirmar el contenido del libro como una obra centrada en las relaciones de producción y propiedad, así como comprender su construcción del *sertão*, caracterizado como un espacio de latifundios extensivos y relaciones de producción predominantemente no capitalistas. Con ello, Andrade reafirma la importancia de su libro no sólo para comprender las dinámicas regionales del pasado, sino también para entenderlas como resultado de estructuras coloniales que generan contextos y procesos que siguen vigentes en la actualidad.

Palabras clave: *sertão*; formación territorial y económica; cuestión agraria; regionalización.

INTRODUÇÃO

Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007) figura como um dos mais importantes geógrafos brasileiros do século XX. Com um currículo extenso e detendo diversos prêmios e títulos, Andrade foi responsável pela construção de obras que tratam

do Brasil a partir de sua perspectiva regional, interpretando os cenários e problemas que caracterizam o todo pela parte (AMOROSO & IUMATTI, 2015).

Nascido em 1922 no Engenho Jundiá, localizado na cidade de Vicência, mata norte pernambucana, Andrade trilhou seus caminhos acadêmicos inicialmente pelo Direito, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife (AMOROSO & IUMATTI, 2015; BUITONI, 2023). Contudo, após a leitura de Caio Prado Jr., o pernambucano passou a se interessar pela Geografia, especificamente por temas associados à Geografia do Brasil, Geografia regional e movimentos sociais e políticos da região Nordeste (AMOROSO & IUMATTI, 2015; BUITONI, 2023). Dessa forma, concomitante à Faculdade de Direito formou-se também, entre os anos de 1945 e 1947, em licenciatura em Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Manoel da Nóbrega” (Universidade Católica de Pernambuco). Constituiu posteriormente um escritório de advocacia na rua do Imperador, no Recife, atuando como advogado trabalhista independente em causas de trabalhadores rurais e da indústria (AMOROSO & IUMATTI, 2015).

Nos anos 1950, obteve o doutorado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e concluiu o curso de Altos Estudos Geográficos na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (AMOROSO & IUMATTI, 2015). A década de 1960 figura como um período importante em sua vida, tanto no sentido acadêmico quanto no pessoal. Antes de ser censurado, preso e exilado em decorrência da ditadura militar, Andrade publica em 1963 o que viria a ser a sua obra de maior repercussão e reconhecimento por parte de pesquisadores e estudiosos. *A terra e o homem no Nordeste* reflete sobre os contextos sociais, econômicos e políticos regionais, além da evolução do próprio pensamento geográfico no Brasil (SANTIAGO, 2022). Seu principal objetivo era esclarecer aos agentes administrativos nacionais não só a necessidade de uma reforma agrária, mas de como fazê-la no país, despindo a questão fundiária brasileira para ser visualizada de forma clara e compreensível (MEDEIROS, 2010). Dessa forma, com enfoque nas relações sociais de produção e na questão agrária, o trabalho possui importância: “[...] conjuntural e epistemológica de ser a primeira obra ‘a trabalhar com categorias de análise como ‘trabalho’ e ‘propriedade’, a nível de Nordeste brasileiro, no início da década de 1960” (LINS *apud* SANTIAGO, 2022, p. 44).

Além disso, atrelando as estruturas coloniais às problemáticas fundiárias e sociais existentes no país de forma clara e objetiva, Andrade adquire relevância para A

terra e o homem no Nordeste através da exposição de problemáticas ligadas à “propriedade da terra e seus impactos socioambientais, da mão de obra e do modo de vida dos trabalhadores, no cenário da própria formação territorial brasileira e regional” (SANTIAGO, 2022). Desse modo, é na análise das estruturas regionais que Andrade põe em destaque questões não restritas ao Nordeste, mas pertinentes a todo o território nacional. É por meio dos estudos regionais que Andrade sistematiza a região nordestina a partir de 4 sub-regiões que se assemelham e contrastam entre si em suas dimensões físicas, econômicas, populacionais e sociais, a saber: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte.

Todas as sub-regiões são analisadas em suas especificidades, enfatizando principalmente as esferas social, econômica e produtiva. Neste sentido, a sub-região do Sertão possui particularidades associadas à atividade pecuária ou às relações sociais de produção existentes, o que, juntamente com as distâncias e isolamento geográfico, favoreceram para que o Sertão permanecesse relativamente isolado e afastado “dos progressos que se faziam na região mais desenvolvida” (ANDRADE, 1980, p. 177). Através disso, a complementaridade com a região da Zona da Mata permitiu que se constituísse um espaço objeto do interesse de diversos estudiosos, a exemplo do trabalho de Djacir Meneses intitulado *O outro Nordeste*, marcado pela caatinga e a pecuária, opondo-se e ao mesmo tempo complementando o Nordeste do massapê e da cana-de-açúcar estudado por Gilberto Freyre (ANDRADE, 1980).

Assim, o presente trabalho objetiva a análise sistemática de *A terra e o homem no Nordeste*, tendo como foco analítico a sub-região sertaneja, investigando as visões do pernambucano acerca das hinterlândias nordestinas e das relações entre agentes sociais em sua principal obra. Dessa maneira, buscou-se sistematizar as influências e a integridade do trabalho por meio da análise de conteúdo categorial (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). A análise textual do livro, inclusive das referências bibliográficas contidas nas notas de rodapé, foi organizada por meio de sete categorias principais e seus respectivos códigos: *i)* perspectiva teórico-metodológica; *ii)* relação espaço-tempo; *iii)* relação parte-todo; *iv)* relação interno-externo; *v)* relações entre agentes sociais; *vi)* relação sociedade-natureza; e *vii)* relações étnico-raciais. No entanto, o trabalho aqui apresentado concentra o seu foco analítico nas relações entre os agentes sociais do espaço sertanejo, ressaltando a importância dada pelo autor às relações sociais de produção.

Com isso, o estudo parte do interesse de buscar entender quais características formativas Andrade atribui ao sertão a ponto de constituí-lo como um espaço regional bem delimitado. Além disso, o expressivo número de produções científicas associadas apenas às perspectivas econômica e agrária do autor e a evocação de suas obras contemporaneamente justificam também a disposição para pesquisar outras dimensões apresentadas por Andrade. Sendo assim, o presente trabalho está estruturado inicialmente a partir de uma breve abordagem dos agentes sociais apresentados na obra, expondo alguns dados sistematizados na pesquisa. Em um segundo momento, exploramos o conceito de sertão como uma categoria espacial, abordando as operacionalizações que oscilam entre a imprecisão espacial e a delimitação regional. O terceiro tópico trata das relações sociais de produção apresentadas por Andrade para analisar o espaço sertaneja do Nordeste. Por fim, as considerações finais esboçam uma breve síntese dos principais resultados alcançados até aqui.

1. Agentes sociais em “A terra e o homem no Nordeste”

O processo de formação territorial e de construção da identidade regional supõe o papel dos sujeitos sociais que produzem o espaço, que o organizam e atribuem a ele sentido. As análises restritamente descritivas ou neopositivistas tendem a negligenciar os agentes sociais e as relações sociais que estabelecem no curso da história, posição da qual Manuel Correia de Andrade diverge ao conectar a tradição vidaliana dos gêneros de vida (e suas relações homem e meio) à preocupação marxista de análise das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas. Esta dimensão social é combinada, em *A terra e o homem no Nordeste*, ao reconhecimento da diversidade e complementaridade da região, assentada em profundos contrastes que abrigam e reproduzem os problemas sociais e fundiários incidentes em todas as suas sub-regiões. Tal operação é reflexo das influências intelectuais do autor, tal como resulta da ruptura do pensamento geográfico tradicional nos anos 1960 e do movimento de renovação crítica na década de 1970 (SANTIAGO, 2022). Com isso, o contexto de escrita da obra e as aspirações pessoais de Andrade refletiram-se em seu principal trabalho por meio de conceitos, metodologias, descrições e diálogos com outros autores da época:

A evolução de seu pensamento é paralela à evolução do pensamento geográfico brasileiro, e em certo sentido caminhou na vanguarda antes do que se chamou geografia crítica ou movimento de renovação da geografia no Brasil se cristalizar efetivamente. Essa caracterização é muito interessante, pois a evolução temática de sua obra espelha a evolução do pensamento geográfico brasileiro. (SANTIAGO, 2022, p. 41).

Através disso, ao longo da leitura, é perceptível as influências e aspirações do pernambucano. Dessa forma, buscou-se sistematizar essas influências e a integridade do trabalho através da transformação por meio da análise de conteúdo categorial (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). A categoria de “Relações entre agentes sociais” figura como um importante conjunto de dados retirados do livro, tendo em vista a relevância da obra para a Geografia Agrária brasileira, trazendo para a área “[...] questões relativas à propriedade da terra, às relações de trabalho, às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, às intervenções e às ações políticas” (MEDEIROS, 2010, p. 194-195). Dessa forma, a categoria foi organizada em três códigos principais – Relações de produção/propriedade, conflitos territoriais e relações políticas –, os quais podem ser visualizados na Gráfico 01:

Figura 01: Sistematização da categoria Relações entre agentes sociais.



Fonte: Andrade, 1980. **Elaboração:** Autoria própria.

Mediante o gráfico, o código mais relevante foi o de “relações de produção/propriedade” (89), seguido de “conflitos territoriais” (13) e, por fim, “relações

políticas”, com 05 citações codificadas. Os resultados da análise categorial refletem o teor e objetivo do livro escrito por Andrade, tendo em vista a relação de causalidade entre a propriedade da terra e as relações de produção. A partir disso, o resultado indica que “relações de produção/propriedade resulta da denúncia às relações abusivas do trabalho no campo e do modo de vida desses indivíduos, todos presentes na obra, sendo frutos de uma concentração fundiária pertencente à ordem colonial secular” (SANTIAGO, 2022):

Também as relações que analisamos têm sérias implicações históricas. Muitas vezes elas são verdadeiros anacronismos conservados em uma sociedade em transformação, como ocorre com a “quarteação”, ainda em uso no Sertão, e o “cambão”, ora em vias de desaparecimento no Agreste e na Região da Mata. (ANDRADE, 1980, p. 04).

Consequentemente, as relações analisadas na obra, em determinados casos, resultam diretamente da eclosão de “conflitos territoriais”, figurando como o segundo código de maior incidência na pesquisa. Os movimentos analisados pelo autor estão associados a dinâmicas territoriais, como a expansão para o interior e seu consequente conflito com os indígenas, culminando na Guerra dos Bárbaros¹, ou as próprias relações sociais de produção, relacionadas ao escravismo e aquilombamento, e a formação das Ligas Camponesas pelos trabalhadores do campo. Por fim, o código “relações políticas” foi empregado em citações onde a ação estatal era presente, seja em investimentos ou dinâmicas territoriais de administração. Contudo, muitos dos trechos apresentaram relações sociais de produção explícitas, o que explica o baixo número de citações abarcadas no código de “relações políticas”, mesmo com o livro possuindo forte teor político. Algumas dessas relações são abordadas por Andrade em sua análise do espaço sertanejo.

2. Sertão como categoria espacial: dos espaços imprecisos à delimitação regional

O “sertão”, enquanto categoria espacial, esteve inicialmente associado a delimitações imprecisas e amplas. Concebido no período colonial, tal espaço partiu de uma construção social desenvolvida para se referir a áreas localizadas no interior da colônia que apresentassem isolamento geográfico (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019,

¹ “Graças a essa tremenda expansão que cada dia ocupava mais terras e semeava currais onde havia água permanente, é que os índios foram levados a revolta. Revolta que se estendeu por mais de 10 anos e que entrou para a história com o nome de Guerra dos Bárbaros.” (ANDRADE, 1980, p. 163).

PEREIRA, 2023). Em algumas perspectivas sociais, o Sertão era constituído a partir do trinômio de adjetivos: doença, abandono e nacionalidade (LIMA, 2013). Em outras, pôde ser idealizado socialmente a partir de duas referências principais: o sertão como morada de gente singular – sociedade sertaneja – e como deserto – expansão geográfica não ocupada (VIDAL E SOUZA, 2015). Contudo, para Manuel Correia de Andrade em *A terra e o homem no Nordeste* (1963), as hinterlândias nordestinas assumem um papel crucial e específico, seja como região de economias secundárias e subsidiárias, como área isolada e especificamente desenvolvida internamente, ou como espaço de relações fundiárias e sociais de produção particulares.

No interior nordestino, a delimitação sertaneja esteve vinculada a hinterlândias posteriormente ocupadas para o desenvolvimento de atividades econômicas, apresentando duas frentes principais de colonização: uma baiana e outra pernambucana (ANDRADE, 1980). Tal avanço colonial, realizado por vaqueiros e posseiros, propiciou a ocupação de extensas áreas conquistadas através de violências contra as populações tradicionais, culminando em conflitos territoriais e longas revoltas, a exemplo da Guerra dos Bárbaros (ANDRADE, 1980). Nessa conjuntura, os interiores baianos e pernambucanos constituíram-se como as frentes pioneiras no desbravamento dos sertões, tendo o rio São Francisco como vetor de ocupação, mobilidade e, posteriormente, como um condensador de fazendas de gado (PRADO JÚNIOR, 2011). Por meio desse expressivo avanço território adentro e das extensas áreas dominadas, os maiores latifúndios do Brasil foram constituídos sob administração de poderosas famílias detentoras de imensas terras recém conquistadas, como os Garcia d'Ávila e sua Casa da Torre (ANDRADE, 1980).

A pecuária nordestina, materializada espacialmente no Sertão através dos grandes latifúndios e das fazendas de gado, tornou-se, assim, uma das principais atividades econômicas da colônia, responsável por conquistar imensos territórios nordestinos através da sua produção alimentar e comércio animal (PRADO JÚNIOR, 2011; ANDRADE, 1980). Contudo, as técnicas implementadas no desenvolvimento da atividade econômica tornaram por consolidar a presença do latifúndio no interior nordestino. Por tratar-se de uma indústria rudimentar, com ausência de recursos e níveis técnicos expressivos, o gado era criado extensivamente, muito em decorrência também da pobreza dos pastos (PRADO JÚNIOR, 2011). Além disso, limitações de variadas ordens, como solos inférteis, mão-de-obra diminuta e capital escasso também se

tornaram condicionantes para o desenvolvimento pecuário na região (VIDAL E SOUZA, 2015). Tal modo de criação propiciou a existência de vastas áreas de pecuária administradas por famílias tradicionais, onde o gado era pouco controlado em meio à imensidão de terras privadas:

Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes. (ANDRADE, 1980, p. 161-162).

A constituição das imensas propriedades fundiárias e sua posse concentrada corroboraram uma gama de indivíduos alheios espacialmente, sem possibilidades de adquirir terras, uma vez que, embora ansiassem pelo seu acesso, os grandes e médios proprietários não demonstravam interesse em se desfazer de suas extensões (ANDRADE, 1980). Com isso, embora apontados como “brasileiros originais” e sustentadores da consciência da nacionalidade (VIDAL E SOUZA, 2015), permaneceram os sertanejos sujeitados a relações sociais de produção específicas envolvendo a terra e seu acesso, tendo a submissão, típica de outras sub-regiões nordestinas, como fator comum entre esses indivíduos (ANDRADE, 1980).

A maioria das relações elencadas por Manuel Correia possuía tipos de remuneração não assalariadas, podendo ser associadas à agricultura de subsistência, como a meação, ou à indústria pecuária, como a quarteação (ANDRADE, 1980). A existência dessas relações explicita a coerção das estruturas sociais dominantes e a manutenção de sistemas pré-capitalistas enraizados na civilização do couro a partir das sujeições decorrentes da concentração fundiária, caracterizando o espaço sertanejo através da presença de relações similares às feudais, contrastando com as economias exportadoras e capitalistas: “Dentre elas, o sertão do gado teve um curso de desenvolvimento próprio na indústria da história brasileira, influenciando na persistente noção do Brasil como uma terra de contrastes.” (VIDAL E SOUZA, 2015, p. 63).

A combinação entre o conjunto de relações sociais de produção estabelecidas, o quadro ambiental do Semiárido e o papel que as áreas sertanejas passam a desempenhar na configuração de uma identidade regional sugere o processo que Albuquerque Júnior (2019) nomeia de “rapto do sertão pelo regionalismo nordestino”. Ao invés de descrever desertos sociais, áreas a serem ocupadas ou antes habitadas por povos considerados “bárbaros”, o sertão adquire uma delimitação mais bem definida, constituindo-se como sub-região do Nordeste. *A terra e o homem no Nordeste* terá um

papel nessa dinâmica ao estabelecer legitimação científica a esta definição, que tanto cumpre um papel metodológico de viabilizar os estudos sobre a região quanto o papel operacional de propor políticas de planejamento para o sertão nordestino.

3. Latifúndio e as relações sociais de produção no Sertão de “A terra e o homem no Nordeste”

Andrade explora as relações sociais de produção do espaço sertanejo que caracterizaram as suas principais atividades econômicas: a pecuária e a produção algodoeira. A partir da figura do foreiro, trata o foro como primeira relação sertaneja a ser abordada. Os foreiros, importantes personagens no desbravamento dos fundos territoriais, não possuíam prestígio e habilidades para obterem concessões de sesmarias, embora tivessem sido responsáveis pela conquista territorial interiorana (ANDRADE, 1980). Sendo assim, sujeitos a coerções de elites baianas, tais indivíduos viram-se obrigados a se colocarem sob a proteção dos grãos-senhores em suas propriedades, constituindo currais e reses em pequenos sítios onde era realizado o pagamento anual ao fazendeiro pela ocupação. O arrendamento em enfiteuse para os posseiros, como ressaltado pelo autor, correspondia a 10 mil-réis por uma légua de quadro, sendo expressivamente menor que as grandes propriedades latifundiárias (ANDRADE, 1980):

Esses posseiros que como autênticos heróis dominaram os índios e estabeleceram fazendas na interlândia sertaneja, lutando em condições desiguais com os poderosos senhores que recebiam doações de terras com mercê por favores prestados ou pela amizade e influência junto aos Governadores Gerais, não tiveram ainda o historiador que descrevesse a epopéia por eles realizada, como o tiveram os latifundiários da Casa da Torre (ANDRADE, 1980, p. 162-163).

Dessa forma, a primeira relação elencada por Andrade estava vinculada ao arrendamento da terra, assim como as formas de remuneração associadas ao “cambão” e à “meação”. O “cambão”, também associado aos foreiros, consistia na obrigação de realizar trabalho semanais gratuitos para o proprietário da terra, alternando entre o cuidado com a própria lavoura e a do fazendeiro (ANDRADE, 1980). Esta era uma relação contra a qual as ligas camponesas lutavam fortemente, pois o “cambão” constituía uma obrigação pessoal, figurando como um tipo de homenagem ao proprietário e não sendo possível a contratação de outro indivíduo para executar o trabalho que não fosse o próprio foreiro (ANDRADE, 1980):

Se levarmos em conta o valor de um dia de trabalho, sabendo-se que o trabalhador presta anualmente 52 dias de trabalho gratuito ao proprietário, concluiremos que ele paga um aluguel exorbitante pela pequena área de cultura e pela choupana – às vezes construída por ele próprio – em que habita. Vê-se, assim, nas relações de trabalho acima especificadas, a grande desvantagem levada pelo agricultor que, não possuindo terras, vê-se obrigado a sujeitar-se a condições de contratos verdadeiramente leoninos. (ANDRADE, 1980, p. 186).

Já a “meia” é resultado da relação social entre o fazendeiro e o arrendatário, onde o proprietário cede parte da terra e as sementes para cultivo do agricultor, esperando metade de toda a produção obtida na colheita. Os meeiros recebem do proprietário os recursos necessários para o cultivo – terra, água, sementes, adubo e inseticida –, especificamente próximo à estação chuvosa. Com a plantação e a chegada da colheita, os fazendeiros recebem a metade da produção do algodão e das culturas de subsistência dos meeiros. Entretanto, tal relação de produção era facilmente manipulável e desigual, tendo em vista as assimetrias de poder entre posseiros e proprietário de terras:

Os proprietários que proíbem aos meeiros as lavouras permanentes para evitar complicações se quiserem despedi-los, exigem dos mesmos a “meia” do algodão e a “terça” dos outros produtos. Os meeiros ainda são obrigados a vender o algodão ao proprietário da terra e pagam juros do dinheiro que lhes é fornecido durante o período em que a lavoura está a se desenvolver. Quando o ano é seco, a produção é pouca e ao ser feita a colheita, em agosto ou setembro, o lucro não é suficiente para pagar os débitos à fazenda, à qual eles ficam presos para tentar o pagamento no ano seguinte (ANDRADE, 1980, p. 197).

Dessa forma, as velhas relações sociais de produção relacionadas à terra são mantidas em um ambiente economicamente capitalista e exportador, onde distintas formas de remuneração são presentes e contribuem para a retificação das desigualdades, sujeições e concentrações fundiárias. As relações não capitalistas de produção constituíam, portanto, a mais representativa atividade econômica dos Sertões nordestinos. Segundo Andrade, a “quarteação” era uma das formas de pagamento mais comuns dos vaqueiros na indústria pecuária sertaneja (ANDRADE, 1980). Caracterizado como a figura central e administradora da fazenda, o vaqueiro encontrava-se sujeito a relações de poder de inspetores e fazendeiros, muitas vezes trabalhando gratuitamente por anos até conseguir sua remuneração por quarto. Tal pagamento consistia no recebimento de um quarto dos bois e cavalos nascidos na fazenda, sendo permitido também a criação própria do vaqueiro de outros animais e de

pequenos roçados para subsistência própria e da sua família. Assim sendo, através da quarta, o vaqueiro poderia se tornar fazendeiro por meio das cabeças de gado adquiridas pela remuneração, ascendendo socialmente. Contudo, como apontado por Andrade, o posterior assalariamento desses indivíduos, a venda dos animais obtidos pela quarteação e as coerções dos fazendeiros corroboravam para que o vaqueiro permanecesse sempre em sujeição à sua função:

Outros, porém, achando que os animais crescem mais “com a vista do dono” e que ele, ao contrário do vaqueiro, está ausente a maior parte do tempo, temendo que nas ocasiões de seca os seus animais sejam relegados em benefício dos do empregado, exigem, então, que o vaqueiro lhes venda os animais que a ele couberam, logo após a partilha. Tiram, assim, a possibilidade de um dia o vaqueiro vir a ser também fazendeiro, ter um rebanho próprio. (ANDRADE, 1980, p. 182).

Dessa forma, mesmo na atividade pecuária, as remunerações não capitalistas permaneceram e se instalaram de modo a afetar o principal personagem da indústria do gado, estando o vaqueiro sujeito, assim como os foreiros e meeiros, a relações de favor e submissão. Os assalariados também, embora fossem remunerados em dinheiro, estavam sujeitos à exploração intensiva do trabalho. Andrade exemplifica tal cenário por meio dos vínculos assalariados existentes nas fazendas de gado em que se utilizavam da palma para o abastecimento dos animais. Nesses locais, os funcionários trabalhavam permanentemente com o gado e recebiam a remuneração para plantar e tratar da palma (ANDRADE, 1980). Com condições de trabalho exaustivas e salários ínfimos – sendo o pagamento feminino inferior ao dos homens –, os moradores ainda não possuíam permissão para desenvolver cultivos de subsistência e estavam submetidos a dar cinco dias de trabalhos semanais. Consequentemente, embora assalariados, tais condições de trabalho favoreceram intensas migrações para o Sul do país, preocupando os fazendeiros diante da falta de mão-de-obra local.

Em face desse cenário, são evidentes as condições de trabalho e sujeições impostas a esses indivíduos, assalariados ou não. Seja através do assalariamento ou sujeições e acordos, as relações sociais de produção sertanejas foram desenvolvidas preservando estruturas arcaicas em uma economia de teor capitalista. Além disso, a coexistência de explorações capitalistas e pré-capitalistas na sociedade brasileira foi responsável pelos desequilíbrios econômicos e fundiários existentes na região sertaneja e nas respectivas relações sociais de produção. O papel do latifúndio, nesse contexto, está diretamente vinculado aos contratos sociais, assalariados ou não, tendo em vista o

avanço das atividades capitalistas para extensas áreas desocupadas e destinadas a culturas voltadas para o mercado interno. A consequência desse fenômeno é observada no enriquecimento de grupos dominantes focados na exportação frente à desapropriação e empobrecimento de personagens sertanejos, como os foreiros, meeiros e vaqueiros. Nessa conjuntura, para Andrade, uma reforma estrutural possibilitaria desconstruir as condições que sustentam o latifúndio e suas respectivas relações de produção, permitindo elevada produtividade com o mínimo desgaste ecológico, sem usufruir de políticas de colonização paliativas e desmobilizando velhas estruturas montadas pelos portugueses no século XVI (ANDRADE, 1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Manuel Correia de Andrade e, em específico, *A terra e o homem no Nordeste* têm ainda muito a contribuir com o estudo sobre os problemas do Brasil e do Nordeste. Este é um primeiro ponto que merece argumentação: a partir de um rico jogo de escalas, Andrade realiza uma operação metonímica do todo pela parte, de modo que o sertão ajuda a elucidar o Nordeste, e o Nordeste auxilia na compreensão do Brasil. Desse modo, *A terra e o homem no Nordeste* pode ser lido como um livro não só do âmbito disciplinar da Geografia, mas do Pensamento Social Brasileiro, pois foi produzido a partir de um rico debate interdisciplinar em um momento anterior às excessivas especializações disciplinares.

Além disso, consideramos que o livro em questão cumpriu importante papel na consolidação do modo de operacionalização do conceito de *sertão*, na medida em que Andrade contribuiu para institucionalizar o sertão como recorte sub-regional do Nordeste. A influência pedagógica que a obra teve no ensino de Geografia e na reflexão acadêmica sobre a região reforçou a compreensão dos problemas sociais desde uma perspectiva geográfica.

Por fim, um terceiro elemento é digno de destaque: a visibilidade que Andrade dá aos sujeitos sociais, às suas assimetrias de poder, às relações sociais de produção e às formas de resistência política que os subordinados elaboram no desejo de transformação social. Nesta perspectiva, *A terra e o homem no Nordeste* constitui-se como um ensaio de interpretação da formação territorial do Nordeste e do Brasil, examinando as fraturas

sociais resultantes dos impasses da modernização nacional e da forma de ser capitalista na periferia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Rapto do Sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 1, n. 25, p. 21-35, 2019. Disponível em:

<https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100102/01-Durval.pdf>.

Acesso em: 03 Set. 2024.

AMOROSO, Marta; IUMATTI, Paulo Teixeira. A construção de uma Biblioteca na trajetória de Manuel Correia de Andrade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 60, 2015, p. 199-210. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rieb/a/898w3TtNzLfTbZvzB9YJPxt/>. Acesso em: 15 Ago. 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de, **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 4ª ed., São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda., 1980, 278 p.

BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder. Manuel Correia de Andrade: em pequenos textos, o mundo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 86, p. 186-199, 2023.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/220386>. Acesso em: 26 Set. 2024.

LIMA, Nísia Trindade, O sertão como patologia, abandono e essência da vida nacional, In.: **Um sertão chamado Brasil**. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 2013, p. 146-190.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária Brasileira. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, 2010, p. 193-203. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/291>.

Acesso em: 14 Ago. 2024.

PEREIRA, Sidclay Cordeiro. Sertão, Semiárido e suas representações territoriais. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 42, 2023, p. 1-20. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/65452>. Acesso em: 03 Set. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio, **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 446 p.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021, 155 p. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 13 Abr. 2023.

SANTIAGO, J. A. Terra e o Homem no Nordeste, um clássico da geografia regional sobre a questão agrária. **Revista Mutirão**. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, v. III, 2022, p. 38-60. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/mutiro/article/view/256942>. Acesso em: 15 Ago. 2024.

VIDAL E SOUZA, Candice, **A pátria geográfica: Sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. 2º ed. Goiânia: Editora UFG, 2015, 174 p.

Yerllon Vinícius Souto Oliveira

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É discente do Curso de Bacharelado em Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desenvolve pesquisas nas áreas de História do Pensamento Geográfico e de Geografia Regional do Nordeste brasileiro.

Email: yerllonvinicius@gmail.com

Thiago Adriano Machado

Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (DGC), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atua nos Cursos de Graduação em Geografia do CERES/UFRN e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), e é vice coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas Urbano-Regionais (LEPUR). Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Econômica e Regional, e História do Pensamento Geográfico, coordenando os projetos de pesquisas intitulados “Sertão, nação e território: o conceito de ‘formação’ nos estudos geográficos do Brasil” e “Região e formação territorial: o Nordeste nos estudos geográficos sobre o Brasil”.

E-mail: thiago.machado@ufrn.br